

Expresso

15-11-2014

Periodicidade: Semanal**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 131300**Temática:** Justiça**Dimensão:** 3557**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/4/5

PJ apanha líder do SIS a ajudar suspeito dos vistos gold

Diretor do SIS e dois funcionários fotografados em **ação de vigilância da PJ**. Estavam a **detetar escutas** no escritório de António Figueiredo, um dos principais suspeitos dos vistos gold PA

Expresso

15-11-2014

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 131300

Temática: Justiça

Dimensão: 3557

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4/5

04 PRIMEIRO CADERNO

Expresso, 15 de novembro de 2014

JUSTIÇA

Corrupção Diretor do SEF e presidente dos Registos e Notariados detidos. SIS foi apanhado a detetar escutas

Investigação aos vistos gold abre guerra entre polícias e espiões



Expresso

15-11-2014

Periodicidade: Semanal**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 131300**Temática:** Justiça**Dimensão:** 3557**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/4/5

Manuel Palos dirigia o SEF desde 2005 e vai entrar na história pelas piores razões: é o primeiro diretor de uma polícia a ser preso

FOTO NUNO BOTELHO

HUGO FRANCO,
RAQUEL MOLEIRO, RICARDO
COSTA e RUI GUSTAVO

Os inspetores da Polícia Judiciária que vigiavam a sede do Instituto dos Registos e Notariado (IRN) foram surpreendidos com a chegada inesperada de três desconhecidos que carregavam uma mala e entraram primeiro no edifício do Campus da Justiça de Lisboa e depois no gabinete de António Figueiredo, o presidente do Instituto, detido esta semana sob suspeita de corrupção na Operação Labirinto, que investiga a atribuição de vistos *gold* a cidadãos estrangeiros.

Os homens foram fotografados e mais tarde identificados. Um deles era Horácio Pinto, diretor do SIS. E, de acordo com duas fontes próximas ao processo contactadas pelo Expresso, tinha-se deslocado ao IRN a pedido de António Figueiredo, que suspeitava estar sob escuta ou com o computador monitorizado. A vigilância da PJ foi feita em maio e em março os jornais tinham publicado notícias dando conta que António Figueiredo poderia estar a ser investigado pela polícia.

“Os homens do SIS foram fazer um varrimento a pedido expresso de António Figueiredo”, precisa uma fonte próxima do processo. “O equipamento foi reconhecido pelos homens que faziam a investigação”, acrescenta outra fonte. Esta ação dos homens do SIS, além de atropelar a investigação da PJ e do Ministério Público, “é absolutamente ilegal”, porque os serviços de informações não podem fazer este

tipo de ações, “muito menos a pedido”, diz um magistrado com ligações aos serviços de informação. “Está fora do âmbito da missão do SIS, como é óbvio.” Contactado pelo Expresso, o Serviço de Informações da República Portuguesa (SIRP) disse não ter “comentários a fazer”. António Figueiredo não estava, de facto, sob escuta. Só não sabia que era alvo de vigilância.

António Figueiredo foi sócio num escritório de advogados de José Luciano Oliveira, antigo número dois do SIS que está atualmente em Macau a trabalhar para o governo chinês. É conselheiro de Cheong Kuok Va, secretário de Segurança para o território de Macau. Luciano Oliveira estava no SIS quando fez um relatório a ilibar de qualquer irregularidade o ex-diretor do SIED Jorge Silva Carvalho, que seria entretanto acusado pelo MP de corrupção e aguarda julgamento. Luciano Oliveira não respondeu às mensagens nem aos telefonemas feitos pelo Expresso.

António Figueiredo não é o nome mais sonante entre os 11 detidos esta quinta-feira, numa megaoperação do MP e da PJ por suspeitas de corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de influências e peculato. Pela primeira vez em Portugal foi preso um diretor de uma polícia nacional, Manuel Jarmela Palos, suspeito de facilitar a obtenção dos vistos dourados a troco de dinheiro. Está no SEF há 21 anos e foi nomeado diretor nacional pela primeira vez em 2005. “A sua detenção foi um choque para toda a gente. O SEF, tal como é hoje, deve-se a ele”, afirma um alto responsável. Na ausência de Jarmela Palos, a direção está a ser assegurada sobretudo por José Van Der Kellen, um dos dois diretores-adjuntos.

Outro alto quadro do Estado, a secretária-geral do Ministério da Justiça, Maria Antónia Anes, também foi detida, suspeita de recolher e transmitir informações privilegiadas. A responsável deixou a carta de demissão antes de ser exonerada pela ministra da Justiça. O presidente do IRN pediu a suspensão de funções, aceite imediatamente por Paula Teixeira da Cruz.

Sedes fantasma

António Figueiredo, nomeado pela primeira vez em janeiro de 2004 para dirigir a Direção-Geral dos Registos e do Notariado (DGRN, atual IRN), era até esta semana o responsável da entidade estatal encarregue dos registos oficiais dos imóveis em Portugal. É amigo de longa data de Miguel Macedo, ministro da Administração

Interna, que é sócio de Albertina Gonçalves, secretária-geral do Ministério do Ambiente e uma das arguidas do processo.

A filha do presidente do IRN, Ana Figueiredo é uma das seis sócias da firma Golden Vista Europe, com sede na Quinta da Bicuda, em Cascais. Não foi detida, mas o Expresso sabe que foi interrogada e que algumas das informações prestadas às autoridades terão ajudado a atar algumas pontas soltas. Os seus dois sócios chineses, Zhu Bae, com residência na sede da empresa, e Shengrong Lu, estão entre os 11 detidos.

Outro dos sócios, o marido de Ana Figueiredo, recusou-se a prestar declarações ao Expresso. A sede da Golden Vista é uma ampla moradia que tem as janelas fechadas com gradeamento. No entanto, estão espalhados objetos

de cozinha e um barbecue enferrujado, mas não há sinais de pessoas nem do nome da empresa constituída em outubro de 2013 com o objetivo de vender imóveis aproveitando a lei dos vistos dourados. O *site*, porém, continua ativo e abre com um: “Bem-vindos à Europa (zona de Schengen)”, sendo depois apresentados imóveis de luxo em várias zonas do país. Os textos estão escritos em mandarim.

Ana Figueiredo partilha também uma sociedade com o ministro Miguel Macedo, com Marques Mendes e um outro empresário numa firma de consultoria e gestão de empresas, a JMF — Projects & Business, fundada em 2009. Aparentemente, a empresa regista despesas de pequena monta entre 2012 e 2013 e não há dados sobre vendas. Há muito que a morada registada, um andar na Avenida 5 de Outubro, não corresponde à realidade. No local funciona há mais de um ano o Centro de Estudos de Intervenção Social. Uma responsável desta instituição garante que o andar já estava vazio “muitos meses antes” de aí se instalarem. Não foi possível obter qualquer esclarecimento dos quatro sócios sobre o tipo de atividades desta empresa. Mas o Expresso sabe que a empresa foi criada na altura em que Mendes deixou a liderança do PSD e Macedo o cargo de secretário-geral. A ideia era a de fazer assessoria jurídica e de negócios. Uma fonte do PSD garante que, “na prática, a empresa nunca fez nenhum trabalho”. Quanto a Ana Figueiredo, “foi levada para a empresa por Macedo, amigo de longa data do pai dela”.

À hora do fecho desta edição, os 11 detidos ainda estavam a ser ouvidos pelo juiz Carlos Alexandre.

hfranco@expresso.imprensa.pt



Os interrogatórios aos 11 detidos na Operação Labirinto começaram esta sexta-feira por volta das 18h FOTO JOSÉ VENTURA

Macedo garantiu a Passos que está de mãos limpas

Portas reafirma aposta nos vistos *gold* e promete que não haverá "complacência" com ilegalidades. Macedo ponderou sair, treme, mas não cai

O ministro da Administração Interna (MAI) garantiu ao primeiro-ministro que está de mãos limpas no caso dos vistos *gold*. Miguel Macedo estava no Conselho de Ministros quando a PJ fez buscas no seu gabinete e teve uma longa conversa com Pedro Passos Coelho em que admitiu sair. A grande proximidade com alguns dos detidos levou-o a antecipar o desgaste político e a manifestar-se indisponível para ficar sob suspeita. Mas Passos valorizou as garantias que o ministro lhe deu de não ter quaisquer ligações aos processos.

O MAI terá relatado ao PM que, quando surgiram as primeiras notícias sobre este caso, no verão, ele próprio pediu explicações, nomeadamente ao diretor do SEF, Manuel Palos. Mas este terá desmentido quaisquer irregularidades. "Ele está com a cabeça muito tranquila", afirmou ao Expresso fonte próxima do MAI, que se remeteu ao silêncio, depois do seu gabinete ter emitido um comunicado onde garantia que seria "prestada toda a colaboração às entidades judiciais" e se aguarda "com serenidade" a conclusão das investigações. A delicadeza de toda esta história deixou, no entanto, um indelével rasto de preocupação no Governo. Macedo é um dos rostos que mais resistiram a estes

três anos com uma imagem de credibilidade acima da média e vê-lo ligado, por relações de grande proximidade, a alguns dos detidos, não só não ajuda como complica (ver texto ao lado). "É uma situação desagradável, mas temos de saber separar as coisas", afirmou ao Expresso um alto dirigente da maioria, convicto de que "o Miguel é resiliente e vai aguentar".

No partido, onde Macedo é visto como tendo fortes hipóteses de suceder a Passos Coelho, foi (talvez por isso) indistigável o entusiasmo com que este caso foi encarado por alguns que gostariam de queimar um potencial adversário. Mas poucos acreditam que Macedo possa ser apanhado neste processo. E sublinham o facto de a Procuradoria ter confirmado que não há nenhum membro do Governo visado. O maior temor vai para as escutas: a extrema proximidade do MAI com António Figueiredo pode "criar problemas", afirma fonte oficial, "porque com escutas fora do contexto tudo pode ser de alto risco".

Portas reafirma confiança nos *gold*

Paulo Portas, o responsável pela criação dos vistos *gold*, mantém a defesa das vantagens deste mecanismo e da sua importância para a recuperação económica do país. Em declarações ao Expresso, o vice-primeiro-ministro defende que "não pode haver tolerância nem complacência" em relação a even-

tuais ilegalidades ou crimes cometidos, mas distingue essa questão das virtualidades dos vistos *gold*, assegurando que está "à disposição do Parlamento" para dar "esclarecimentos sobre o programa em si".

O programa dos vistos *gold* foi anunciado em 2012 por Portas, que no ano seguinte, então ainda como ministro dos Negócios Estrangeiros, atribuiu o primeiro visto a um cidadão indiano. O balanço, defende o vice-PM, que mantém a coordenação política do programa, não podia ser melhor. "Trouxe para Portugal, em dois anos, mais de mil milhões de euros e contribuiu decisivamente para superar uma profunda recessão no imobiliário. Não se deve meter no mesmo saco o potencial de um programa que é útil para o crescimento económico com os eventuais abusos ou crimes". Lembra que "Portugal concorre com dez outros países europeus em políticas de atração de investimento relacionadas com autorizações de residência" e, "até por isso, é importante separar o trigo do joio: o investimento que por esta via não captarmos nós, captarão outros; e as consequências positivas para a economia beneficiarão outros países, em vez de Portugal".

Sobre o escândalo desta semana, Portas responde que "é prematuro fazer juízos sobre pessoas ou sistemas. A Justiça deve fazer o seu trabalho".

ÂNGELA SILVA e FILIPE SANTOS COSTA

avsilva@expresso.imprensa.pt

Os vistos que valem ouro

AUTORIZAÇÕES DE RESIDÊNCIA PARA INVESTIMENTO

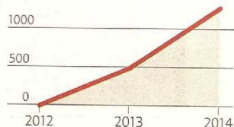
1775

De 8 de outubro de 2012 a 31 de outubro de 2014



AUTORIZAÇÕES DE RESIDÊNCIA PARA INVESTIMENTO

De 8 de out. 2012 a 31 de out. 2014



PRINCIPAIS NACIONALIDADES DAS AUTORIZAÇÕES

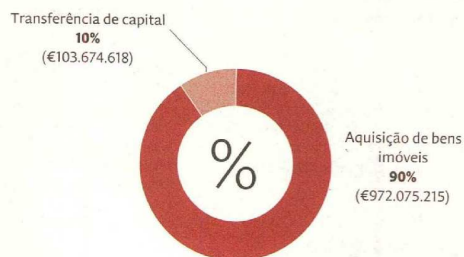
De 8 de out. 2012 a 31 de out. 2014

1	China	1429
2	Rússia	58
3	Brasil	55
4	África do Sul	43
5	Líbano	30

INVESTIMENTO TOTAL

€1.075.749.835

De 8 de outubro de 2012 a 31 de outubro de 2014



Portugal já atribuiu 1775 vistos de investimento e captou mais de mil milhões de euros, sobretudo em imobiliário

A medida dos vistos *gold* foi lançada pelo Governo português em 2012 e permite que um cidadão estrangeiro (fora da União Europeia ou do espaço Schengen) obtenha uma autorização de residência temporária desde que realize uma transferência de capitais num montante mínimo de um milhão de euros, ou crie pelo menos 10 postos de trabalho em Portugal, ou adquira imóveis de valor igual ou superior a 500 mil euros. Todos os requerimentos são analisados por uma equipa especial do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, (SEF) criada pelo diretor Manuel Jarmela Palos e composta por cinco funcionários.

Entre 8 de outubro de 2012 e 31 de outubro de 2014, Portugal concedeu 1775 vistos *gold*, 1279 dos quais este ano. A estes, somam-se 2592 autorizações de residência atribuídas a familiares dos portadores de visto. O investimento total captado por Portugal por esta via foi superior a mil milhões de euros. Cerca de 91% do investimento diz respeito à aquisição de imóveis de luxo e 80% das autorizações de residência foram emitidas a cidadãos chineses.

Atualmente, cerca de 2100 pedidos aguardam decisão dos serviços do SEF. Além do avultado investimento obrigatório,

cada candidato à Autorização de Residência para Investimento chega a gastar 30 mil euros durante o processo, entre honorários de advogados, comissões imobiliárias e impostos.

Crimes e recusas

Em março surgiu a primeira notícia de irregularidades na atribuição dos vistos *gold*. Mas há oito meses, o problema estava do lado de quem pede e não de quem atribui. Um mandado de detenção da Interpol em nome de um portador de visto *gold*, a residir em Cascais, levantou suspeitas. Xiaodong Wang era procurado pela China por fraude. O SEF provou que o crime tinha sido posterior à atribuição do visto, mas não se livrou de acusações de facilitismo.

O MAI respondeu com números e casos: desde o arranque do programa tinham sido negadas onze candidaturas, duas por questões criminais: um chinês pertencente ao crime organizado (tríades) e um candidato do Leste europeu referenciado por burla e permanência ilegal em vários países do espaço Schengen.

Entre os documentos que os imigrantes *gold* têm de entregar consta um requerimento para consulta do registo criminal português pelo SEF e um certificado de registo criminal do país de origem. São ainda pedidas provas de uma situação contributiva regularizada.

rmoleiro@expresso.impresa.pt